

Kandir fala sobre dívida externa durante a reunião

CORREIO BRAZILIENSE

30 OUT 1989

O secretário especial de Política Econômica, Antônio Kandir, faz hoje, durante reunião do entendimento nacional — o chamado pacto social — exposição sobre a proposta brasileira para renegociação da dívida externa. Ontem foi encaminhado aos membros da comissão central do entendimento um texto introdutório intitulado **O Plano Brasil Novo e a Dívida Externa**, com o objetivo de preparar a discussão de hoje. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, não participará da reunião pois estará viajando para o Chile, onde discutirá aspectos relativos à balança comercial entre os dois países e a rodada uruguaia do Gatt.

Ao divulgar ontem o texto sobre a renegociação da dívida externa, Kandir explicou que não se tratava de um texto popular, mas sim de um documento destinado ao esclarecimento dos formadores de opinião (imprensa, lideranças sindicais e empresariais etc). “O nosso objetivo é explicar a proposta e o porquê dessa proposta”, disse.

Para Kandir, a discussão da proposta brasileira de renegociação da dívida externa na mesa do entendimento nacional não pode ser confundida com a busca de apoio. “Faremos uma apresentação da mesma forma como fizemos no Congresso Nacional. O entendimento busca a moderni-

zação e a retomada do crescimento, daí discutirmos a proposta para a dívida. Também, não é uma questão de afirmar um estilo de governo, mas de esclarecer uma visão macroeconômica diferente da lógica que predominava anteriormente, segundo a qual o ótimo de longo prazo resultava de uma sequência de ótimos de curto prazo”.

Kandir não crê que na reunião de hoje seja discutida a recente onda de pedidos de concordatas. “Esse ponto não consta da pauta, mas se o tema for discutido a posição do Governo será a mesma, ou seja, a de manter a política fiscal e monetária”, disse. “O entendimento no tocante a preços e rendimentos cabe aos agentes. O Governo não é o protagonista neste início de negociação”.

O secretário especial de Política Econômica insistiu no ponto de que a retomada do crescimento econômico só será possível com a estabilização da inflação em patamares bastante inferiores aos atuais e advertiu: “Não existe a menor possibilidade de uma queda da inflação com uma política monetária e fiscal passiva. O que está em questão neste momento é o custo desse processo e isso não depende do Governo. Cabe aos agentes acabar com o sistema de indexação informal. A atual política de preços e salários é incompatível com as metas do plano de estabilização”.